



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0005069-57.2011.2.00.0000**Requerente:** Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

Recurso Administrativo. Pedido de Providências. Auxílio Moradia. Art. 65, II, da LOMAN. Reconhecimento da vantagem aos juízes federais. Pedido sob apreciação do Supremo Tribunal Federal. Judicialização da matéria. Não conhecimento. Recurso desprovido.

A requerente pretende, por meio deste procedimento, o reconhecimento aos juízes federais, do direito à percepção do auxílio moradia, previsto no art. 65, II, da Lei Complementar n. 35/1979 (LOMAN).

A matéria encontra-se sob apreciação do Supremo Tribunal Federal, conforme consignado na decisão monocrática de arquivamento do pedido.

Razões recursais que não abalam os fundamentos da decisão recorrida.

Recurso desprovido.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL - AJUFE contra decisão, na qual determinei o arquivamento dos autos, sem conhecer do pedido inicial formulado pela ora recorrente, que pleiteia o reconhecimento, aos juízes federais, do direito à percepção do auxílio moradia, previsto no art. 65, II, da Lei Complementar n. 35/1979 (LOMAN).

O pedido não foi conhecido por ser idêntico ao apresentado pela AJUFE no PP n. 0001717-33.2007.2.00.0000, Relator Conselheiro José Adônis Callou, o qual também não fora conhecido em razão da matéria encontrar-se sob apreciação do Supremo Tribunal Federal em sede de mandados de segurança impetrados contra decisões deste Conselho e, especialmente, da Ação Originária n. 1649, ajuizada pela ora recorrente.

Inconformada, a requerente maneja recurso administrativo, alegando que o presente pedido de providências está lastreado em circunstâncias e fundamentos jurídicos diversos daqueles veiculados no PP n. 0001717-33.2007.2.00.0000.

Afirma que, enquanto aquele pedido se fundava única e exclusivamente nas disposições expressas da LOMAN, especialmente no art. 65, II, o presente ampara-se na recente decisão deste Conselho que reconheceu a simetria do regime remuneratório entre as carreiras da magistratura e do Ministério Público (PP n. 0002043-22.2009.2.00.0000) e no princípio constitucional da isonomia.

Daí sustenta que deve ser assegurado à Magistratura Nacional um sistema remuneratório mínimo que compreenda os mesmos direitos reconhecidos às demais carreiras do serviço público, não somente em relação à remuneração direta, mas também no que diz respeito à direitos e vantagens de natureza indenizatória, como no caso do auxílio moradia.

Narra, ainda, a existência de sistema remuneratório diferenciado dentro da própria carreira da magistratura, uma vez que alguns magistrados, como por exemplo, os Juízes Auxiliares convocados pelo Supremo Tribunal Federal, percebem o auxílio moradia, enquanto os juízes federais, não. Defende que tal situação viola o princípio constitucional da isonomia, bem como o entendimento do STF no julgamento da medida cautelar na ADI n. 3.854, segundo o qual não pode haver tratamento diferenciado entre os ramos da magistratura nacional.

No mais, reitera os termos do pedido inicial.

É o relatório.

VOTO

O recurso em tela é cabível na espécie e foi providenciado tempestivamente, merecendo, portanto, ser conhecido.

Ressalto, desde logo, porém, que a pretensão de reverter a decisão recorrida não se escora em fundamentos com a solidez necessária para proceder.

Para a exata compreensão da decisão que arquivou liminarmente o pedido, passo a transcrevê-la:

Cuida-se de Pedido de Providências, com pedido liminar, apresentado pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE, por meio do qual se pleiteia o reconhecimento, aos juízes federais, do direito à percepção do auxílio moradia, previsto no art. 65, II, da LOMAN (Lei Complementar n. 35/1979).

Pedido idêntico já foi apresentado pela AJUFE nos autos do PP n. 0001717-33.2007.2.00.0000, inicialmente distribuído ao Conselheiro Milton Nobre e, após, ao Conselheiro José Adônis Callou, como membro da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, que proferiu a seguinte decisão, contra a qual, registre-se, não foi interposto recurso administrativo:

Trata-se de procedimento da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, proposto pela Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE, no qual pretende o reconhecimento aos juizes federais do direito à percepção do auxílio-moradia, previsto no art. 65, II, da LOMAN (Lei Complementar nº 35/1979).

É o relatório. Decido.

O tema relativo à vantagem remuneratória denominada auxílio-moradia foi apreciado por este Conselho Nacional de Justiça nos Procedimentos de Controle Administrativo nºs 438, 440, 484, 486 e 488, instaurados após a constatação de irregularidades em determinados Tribunais sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional, regulamentado pelas Resoluções CNJ nºs 13 e 14/2006. Confira-se o relato do então Conselheiro Eduardo Lorenzoni, que ensejou a instauração do PCA nº 486, contra o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

“Em 21 de março de 2006, o Conselho Nacional de Justiça expediu as Resoluções nºs 13 e 14, dispondo, a primeira, sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura e, a segunda, sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para os servidores do Poder Judiciário e para a magistratura dos Estados que não adotam o subsídio.

As referidas Resoluções determinavam que os Tribunais deveriam se adaptar às disposições ali contidas a partir do mês de junho de 2006, cumprindo aos respectivos Presidentes encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2006, relatório circunstanciado das medidas efetivadas.

As informações encaminhadas por 97 tribunais de todo o País foram analisadas pelo Conselho Nacional de Justiça, havendo sido constatado que, daquele total, 19 Tribunais de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região ainda não haviam se adaptado completamente ao estabelecido nas Resoluções nºs 13 e 14.

Realizada reunião com os Presidentes desses Tribunais e a Presidente deste Conselho, foi estabelecido novo prazo para que se adequassem aos termos das citadas Resoluções.

Encerrado o prazo para regularização e informações ao Conselho, os 15 Tribunais que ainda apresentavam irregularidades ofereceram suas justificativas ao CNJ, alguns deles um pouco fora do prazo estabelecido.

Cumprido ao CNJ, agora, examinar as justificativas apresentadas e determinar as providências necessárias.

O método de trabalho adotado para tanto foi a distribuição dos expedientes referentes a cada Tribunal dentre os Conselheiros, por sorteio, para posterior relatório e apreciação pelo Plenário”.

Após examinar as justificativas apresentadas pelos Tribunais, o Plenário determinou a instauração dos procedimentos mencionados e, cautelarmente, a suspensão do pagamento do auxílio-moradia aos

magistrados que disponham de residência própria ou oficial na sede da comarca, e o corte imediato dos valores excedentes ao teto constitucional de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), conforme se extrai da certidão referente ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (PCA Nº 486):

“O Conselho decidiu:

I – por unanimidade, instaurar, de ofício, um procedimento de controle administrativo contra o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do art. 97 do regimento interno, distribuindo-se por prevenção ao Conselheiro Eduardo Lorenzoni;

II – por maioria, em observância ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Direta de Constitucionalidade nº 3854, determinar, em caráter cautelar, e para os casos analisados como irregulares, o corte imediato dos valores excedentes ao teto constitucional de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) e que sejam decorrentes dos pagamentos das parcelas de (i) auxílio moradia para o magistrado ou servidor que tenha residência própria ou oficial na sede da comarca, (ii) “GRAT. ACUM. VARAS S/ INC.PREV.”, (iii) “SUBS. DES. S/ INC.PREV.”, (iv) “GRAT. TURMA RECUR. S/INC.PREV.”, (v) “SUBST. DIR.FORUM 2 S/INC.PREV”, (vi) “GRAT.DIR.FORUM 3 S/INC.PREV.”, (vii) “ADIC INATIVIDADE DESOR” e (viii) “ADIC INATIV JUIZ 3ª ENTRANC”, nos termos do voto do Conselheiro Eduardo Lorenzoni. Vencido integralmente o Conselheiro Cláudio Godoy, que não determinava de imediato o corte de remuneração, sem que todas as informações fossem efetivamente prestadas pelo Tribunal ou pelos beneficiários atingidos. Vencida, em parte, a Conselheira Ruth Carvalho, que determinava o corte da parcela de auxílio moradia apenas em relação aos magistrados e servidores inativos ou os que possuem residência oficial na comarca; e

III – determinar a expedição de edital para intimação dos eventuais interessados, nos termos do art. 98 do regimento interno.

Contra o corte do pagamento do auxílio-moradia, houve impetração de mandados de segurança no Supremo Tribunal Federal, sendo que em um deles foi concedida liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme se verifica na tabela abaixo:

Nº do Mandado de Segurança	Ministro Relator	Objeto	Resumo do andamento processual
26.794 (PCA 484 – TJMS)	Min. Marco Aurélio	<i>Crítérios para concessão do auxílio-moradia, especialmente o de “residência própria”.</i>	<i>Preliminarmente, o Tribunal retificou a proclamação da assentada anterior para fazer constar que o voto do Relator dava pela ilegitimidade da impetrante somente quanto aos pensionistas. Pede vista dos autos o Senhor Ministro Dias Toffoli.</i>
28.024 (PCA 484 – TJMS)	Min. Cármen Lúcia	<i>Crítérios para concessão do auxílio-moradia, especialmente o de</i>	<i>Conclusos à Relatora desde 10/03/2010. . Pedido de liminar indeferido. A PGR opinou pela denegação da segurança.</i>

		<i>“residência própria”. (TJMS)</i>	
28.135 (PCA 484 – TJMS)	Min. Ellen Gracie	<i>Incompetência do CNJ e mérito (critérios para concessão da vantagem).</i>	<i>Conclusos à Relatora. Pedido de liminar indeferido. A PGR opinou pela denegação da segurança.</i>
27.994 (PCA 484 – TJMS)	Min. Celso de Mello	<i>Incompetência do CNJ e mérito (critérios para concessão da vantagem).</i>	<i>Com vista à PGR desde 24/08/2009. Pedido de liminar indeferido.</i>
28.098 (PCA 484 – TJMS)	Min. Ellen Gracie	<i>Questões processuais (incompetência do CNJ, ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa. Mérito (pagamento da vantagem aos inativos).</i>	<i>Com vista à PGR. Pedido de liminar indeferido. Despacho: Remeta-se cópia à Procuradoria-Geral da República." Referente à cópia da decisão proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº0300072/60.2008.2.00.0000.</i>
28.499 (PCA 484 – TJMS)	Min. Marco Aurélio	<i>Critérios para concessão do auxílio-moradia, especialmente o de “residência própria”.</i>	<i>Pedido de liminar indeferido. Concluso ao Relator desde 10/11/2010.</i>
26.720 (PCA 486 – TJRO)	Min. Ricardo Lewandowski	<i>Questão processual (ausência de intimação pessoal – ofensa ao princípio do contraditório e ampla defesa).</i>	<i>O pedido de liminar não foi apreciado, prestadas as informações, o Relator negou seguimento ao MS. Parecer da PGR pelo desprovimento do agravo regimental. Concluso ao Relator desde 27/11/2008.</i>
28.040 (PCA 486 – TJRO)	Min. Ricardo Lewandowski	<i>Questão processual (incompetência do CNJ) e mérito (critérios para concessão da vantagem).</i>	<i>Com vista à PGR desde 16/06/2009. Pedido de liminar deferido para suspender os efeitos da decisão deste Conselho que determinou o corte liminar no pagamento do auxílio-moradia.</i>
28.417 (PCA 438 – TJAP)	Min. Dias Toffoli	<i>Questão processual (ausência de intimação pessoal – ofensa ao princípio do contraditório e ampla defesa e incompetência do CNJ).</i>	<i>Liminar indeferida. Decorrido o prazo sem recurso. Petição da Associação dos Magistrados do Estado do Amapá - AMAAP ao Ministro Relator. Com vista à PGR desde 22/12/2009.</i>

Além dos Mandados de Segurança acima mencionados, é relevante destacar que tramita no Supremo Tribunal Federal a Ação Originária (AO1649), ajuizada pela AJUFE (Associação dos Juizes Federais do Brasil) e outras associações de magistrados federais, na qual pretendem reconhecimento do direito dos juizes federais ao auxílio-moradia previsto no inciso II do art. 65 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN (Lei complementar 35/1979) e a condenação da União ao pagamento de todas as parcelas do

referido adicional que deixaram de ser pagas no passado, desde que não alcançadas pelo prazo prescricional.

Como se vê, o momento não é adequado para a análise do pedido formulado pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE. O direito à percepção do auxílio-moradia constitui matéria ainda controvertida, pendente de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal.

Em face do exposto, determino o arquivamento do presente procedimento, sem prejuízo de que a matéria retorne à análise da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas após a deliberação pelo STF.

Conforme se verifica da decisão acima, o pedido da AJUFE, reiterado nestes autos, não foi apreciado em razão da matéria relativa ao pagamento do auxílio-moradia encontrar-se pendente de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal.

*Nesse contexto, e considerando que não houve, até o momento, modificação dessa situação de fato, **não conheço do pedido**, porquanto já apreciado por este Conselho nos termos da decisão proferida no PP n. 0001717-33.2007.2.00.0000.*

*Ante o exposto, determino o **arquivamento** destes autos, nos termos do disposto no art. 25, X, do RICNJ.*

Comunique-se o requerente.

Decorrido o prazo recursal, sem manifestação, arquivem-se.

A AJUFE insurge-se contra essa decisão, alegando que o presente pedido funda-se em novos fundamentos, especialmente a recente decisão deste Conselho que reconheceu a necessidade de comunicação das vantagens funcionais do Ministério Público Federal à Magistratura Nacional.

Ocorre que, conforme informa a própria AJUFE, o pedido de reconhecimento do direito ao auxílio moradia, nos termos do art. 65, II, da LOMAN, aos juízes federais, encontra-se sob apreciação do Supremo Tribunal Federal, na AO n. 1649, como, aliás, restou consignado na decisão proferida no PP n. 0001717-33.2007.2.00.0000, que serviu de fundamento para a decisão atacada.

Ora, a situação de judicialização da matéria permanece inalterada até o momento, de modo que não procede a alegação de que a decisão recorrida estaria equivocada.

Assim, ainda que os fundamentos deste pedido de providências sejam diversos daqueles apresentados no PP n. 0001717-33.2007.2.00.0000, a razão para o seu não conhecimento é a mesma esposada na decisão proferida naqueles autos, a saber, a judicialização da matéria no âmbito do STF.

Diga-se que a AO n. 1649, cuida de ação ordinária na qual a AJUFE e outras associações regionais de juízes federais pleiteiam justamente o reconhecimento aos juízes federais do direito ao auxílio moradia, bem como a condenação da União ao pagamento de todas as parcelas do referido adicional que deixaram de ser pagas no passado, desde que não alcançadas pelo prazo prescricional. O pedido de antecipação da

tutela foi indeferido pelo Relator, Ministro Joaquim Barbosa e, atualmente, os autos encontram-se com vista ao Procurador-Geral da República.

Ademais, sem adentrar na matéria de mérito -- que, como dito, encontra-se sob apreciação do STF --, a Resolução n. 133, de 21 de junho de 2011, editada por este Conselho, nos termos do que foi decidido no PP n. 0002043-22.2009.2.00.0000, e que dispõe sobre a simetria constitucional entre o Ministério Público e a Magistratura não arrola o auxílio moradia dentre as vantagens pecuniárias devidas aos magistrados em razão da equiparação com os membros do Ministério Público.

Desse modo, as alegações da recorrente em nada abalam os fundamentos da decisão recorrida.

Por todo o exposto, conheço do recurso mas lhe **nego provimento** para manter, em todos os termos, a decisão monocrática atacada.

É como voto.

Comunique-se. Após, archive-se.

JOSÉ GUILHERME VASI WERNER
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JOSÉ GUILHERME VASI WERNER em 01 de Novembro de 2011 às 15:09:24

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
906ac55bfc286eb1fbf3f6eae7092ba2



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **140990**



11110910421000000000000140282